

**Mariana Transmissora de
Energia Elétrica S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2015**

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8-30

Relatório da Administração

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Mariana" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Governança Corporativa

A Mariana faz parte do Grupo Taesa, cuja "holding", Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., é uma Companhia de capital aberto, listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício de 2015 no valor de R\$47 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício de 2015, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Outros assuntos específicos - Início da fase de operação

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se na fase de desenvolvimento e implantação do projeto, não tendo iniciado a fase de construção da linha de transmissão devido a atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão competente. O contrato de concessão prevê o início da fase de operação da linha de transmissão para maio de 2017. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC 1 RJ 093.376/O-3

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Ativos						
<i>Ativos Circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.925	18.485			
Títulos e Valores Mobiliários	5	9.700	-			
Impostos e contribuições sociais	7	204	266			
Outras contas a receber	1	-	-			
Total dos Ativos Circulantes		11.830	18.751			
<i>Ativos Não Circulantes</i>						
Títulos e Valores Mobiliários	5	207	-			
Ativo financeiro	6	11.313	2.770			
Total dos Ativos Não Circulantes		11.520	2.770			
Total dos Ativos		23.350	21.521			
<i>Passivos</i>						
<i>Passivos Circulantes</i>						
Fornecedores						
Impostos e contribuições sociais	7					
Dividendos a pagar	14					
Outras contas a pagar						
Total dos Passivos Circulantes		1.041	1.041			
<i>Passivos Não Circulantes</i>						
Impostos e contribuições diferidos	8					
Tributos diferidos	9					
Total dos Passivos Não Circulantes		1.168	1.168			
Total dos Passivos		2.209	2.209			
<i>Patrimônio Líquido</i>						
Capital social						
Reserva de lucros						
Total do Patrimônio Líquido	12	21.141	21.141			
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		23.350	21.521			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	2015	2014
Receita operacional líquida	17	5.076	2.669
Material e outros custos de construção		(4.751)	(2.620)
Custos operacionais		(4.751)	(2.620)
Serviços de terceiros		(508)	-
Outras despesas operacionais		(26)	-
Despesas operacionais		(534)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos		(209)	49
Receitas financeiras		2.092	1.683
Despesas financeiras		(1)	(7)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		2.091	1.676
Resultado antes dos impostos e das contribuições		1.882	1.725
Imposto de renda e contribuição social correntes		(690)	(548)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(573)	(301)
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.263)	(849)
Lucro líquido do exercício		619	876
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$)	16	0,03095	0,04380
Lucro por ação ordinária - diluído (em R\$)	16	0,03095	0,04380

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	619	876
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	619	876

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1	-	-	-	1
Aporte de capital - AGE de 25/02/2014		20.000	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	876	876
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	12	-	44	-	(44)	-
Dividendos obrigatórios	12 e 14	-	-	-	(208)	(208)
Reserva especial	12	-	-	624	(624)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		20.001	44	624	-	20.669
Lucro líquido do exercício		-	-	-	619	619
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	12	-	31	-	(31)	-
Dividendos obrigatórios	12 e 14	-	-	-	(147)	(147)
Reserva especial	12	-	-	441	(441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		20.001	75	1.065	-	21.141

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		619	876
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo financeiro	6	(337)	(52)
Receita de construção	6	(4.931)	(2.718)
Imposto de renda e contribuição social	11	1.263	849
Tributos diferidos	9	192	101
 Variações nos ativos e passivos:			
Aumento no ativo financeiro	6	(3.274)	-
Aumento nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos	7	(277)	(346)
Aumento nos fornecedores		479	49
Aumento nas outras contas a pagar e a receber		10	10
Caixa aplicado pelas atividades operacionais		(6.257)	(1.231)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(396)	(285)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		(6.653)	(1.516)
 Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	5	(9.907)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.907)	-
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	12	-	20.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	20.000
 Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(16.560)	18.484
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	18.485	1
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.925	18.485
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(16.560)	18.484

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. ATIVO FINANCEIRO	19
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	21
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	21
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	21
10. PARTES RELACIONADAS	21
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
13. COBERTURA DE SEGUROS	24
14. DIVIDENDOS A PAGAR	25
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
16. RESULTADO POR AÇÃO	28
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29
18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS	29
19. OUTRAS INFORMAÇÕES	29

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. ("Mariana" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Mariana - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. De acordo com o referido Contrato de Concessão, a previsão para início das operações é maio de 2017.

Desde assinatura do contrato de concessão, a Companhia vem desenvolvendo projetos técnicos executivos, contratando fornecedores de materiais e serviços de instalação, fabricando equipamentos e desenvolvendo atividades relacionadas ao licenciamento ambiental. O processo de licenciamento teve início em novembro de 2014 e atualmente encontra-se em análise técnica pelo órgão competente. Após emissão da licença de instalação será iniciada a fase de construção da linha de transmissão, com duração estimada de 10 (dez) meses.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo previsto no contrato de concessão firmado, para a entrada em operação da linha de transmissão, a Administração da Mariana encontra-se em tratativas junto à ANEEL buscando revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à receita anual permitida, tendo como base os eventuais impactos decorrentes do atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia não possui expectativa de incorrer em penalidades em eventual atraso caso a data de entrada em operação não seja cumprida, pois entende que este seria decorrente de fatos não imputáveis à Companhia passíveis de comprovação perante à ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação). Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pela Companhia, nas suas demonstrações financeiras.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro - Mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) é estimada para a concessão por meio de componentes internos e externos de mercado e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado como o valor residual contábil no término da concessão.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica realizará atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, quando finalizar sua construção, que ainda está em andamento (vide nota explicativa nº 1). Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre a quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS, assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento - Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c) Capital social - Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.2. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

c) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.3. Receita operacional

Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo nº 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores da receita puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro da concessão a ser reconhecida até o fim do período da concessão e auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão.
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18). Esta receita será aplicável quando da entrada em operação da linha de transmissão.
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente à IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 32% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% da receita; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 32% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Quanto aos impostos diferidos, foram calculados em relação à diferença de receita verificada pela aplicação das novas práticas contábeis em atendimento às orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 (R1). Pela aplicação dessa norma, o ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de recebíveis de concessão de serviços em que foram registrados o saldo da receita do contrato de concessão e a atualização monetária do saldo de ativo financeiro.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A linha de despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) – Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº. 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, concluiu que a adoção antecipada culminaria na elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e, com isso, decidiu em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

A elevação da carga tributária no exercício de 2014 se daria pela mudança introduzida pela referida lei que alterou o art. 15 da Lei 9.249/1995 incluindo a alínea e no inciso III do §1º do referido artigo, onde se lê que será aplicado o percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos. Portanto, o percentual de 8% sobre a receita bruta, acrescida das demais receitas, para determinar a base de cálculo da apuração do Lucro Presumido conforme legislação vigente, passaria para 32%, caso a Companhia optasse pela adoção antecipada da Lei 12.973/14 no ano calendário de 2014.

Apesar dos dispositivos da lei terem entrado em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em 31 de dezembro de 2014 foi acrescido em R\$216 para refletir a realização do referido imposto à alíquota de 32% a partir de janeiro de 2015.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

3.6. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

3.7.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

3.7.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- IFRS 14 – Contas regulatórias diferidas (a).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation") (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização (a).
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (a).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (a).
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014 (a).
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (a).
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2016;
- (c) 1º de janeiro de 2018; e
- (d) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas com data de adoção efetiva para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	12	12
Aplicações financeiras – Fundo de Investimento	1.913	18.473
	1.925	18.485

A Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, concentrando 100% das suas aplicações financeiras através do referido fundo. A rentabilidade média obtida pelo fundo foi de aproximadamente 101,19% da taxa referencial do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (104,19% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Taesa, controladora da Companhia, declarou que a liquidez diária das aplicações da Companhia no Fundo Pampulha estava garantida no montante total investido pela Companhia no Fundo Pampulha, sem qualquer risco de perda de principal e juros auferidos. A partir de 30 de junho de 2015, a Administração da Taesa retirou esta garantia, e desta forma os valores investidos pela Companhia passaram a ser classificados de acordo com a liquidez dos títulos e valores mobiliários e apresentados de forma segregada nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) de acordo com a natureza e liquidez destes instrumentos no Fundo Pampulha.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 15.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo Pampulha:		
CDBs, operações compromissadas e debêntures	3.431	-
Letras financeiras - bancos privados	5.412	-
Títulos públicos	1.061	-
Outros	3	-
	9.907	-
Ativo circulante	9.700	-
Ativo não circulante	207	-

6. ATIVO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Não circulante	11.313	2.770

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A TRAF sofre revisão na entrada da operação comercial da concessão (vide nota explicativa nº 2.4).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$337 (R\$ 52 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Linha de transmissão	TRAF (*)	Movimentação do ativo financeiro				31/12/2015
		31/12/2014	Juros e atualização monetária	Adiantamentos (**)	Adição de receita de construção	
Itabirito II/Vespasiano II	5,68%	2.770	337	3.275	4.931	11.313

(*) Taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 2.4.a.

(**) Adiantamentos a fornecedores realizados referente a custos ainda não incorridos na construção da subestação em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data.

Principais características do contrato de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado anualmente e revisado a cada cinco anos.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia elétrica por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas ao ativo financeiro é divulgada na nota explicativa nº 15.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	170	251
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	15
	204	266
Passivo Circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes	43	173
CSLL, COFINS e PIS – Lei nº 10.833	66	7
Outros	28	3
	137	183

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A seguir encontra-se o detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura.

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias (*) - Passivo	875	301

(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

A elevação da carga tributária é derivada da mudança introduzida pela Lei nº 12.973/2014, com a aplicação do percentual de 32% para atividades de prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contratos de concessão de serviços públicos (vide nota explicativa nº 3.6).

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2015	31/12/2014
PIS e COFINS (*) – Passivo	293	101

(*) Ajustes substancialmente relacionados à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

10. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus acionistas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração, cujos saldos estão registrados na rubrica "Outras contas a pagar".

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

a) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com a controladora						
1	Outras contas a pagar x Outras despesa - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Mariana	R\$ 19 Valor mensal	Nov/2014 a Nov/2018	Multa de 2% ao mês/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
2	Outras contas a pagar x Outras despesas - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária	Não houve	Não houve
Transações com empresa ligada						
3	Contrato de compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT (**)	R\$1.213 Parcela única e R\$50 Valor mensal	Nov/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve. Taxa ainda não vigente.
4	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	R\$188 Parcela única	N/A	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) Em 18 de dezembro de 2015 a Companhia pagou R\$1.267 referentes a custos incorridos na fase de implantação, nas atividades de análise de projeto, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, acompanhamento da obra e do comissionamento das instalações de transmissão.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
1	Serviços de "BackOffice" - Taesa x Mariana	19	9	232	9
2	Reembolso de despesas - Mariana x Taesa	1	-	-	-
3	Compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT	-	-	1.267	-
5	Custos com estudos do leilão 13/2013 - Mariana x CEMIG GT	-	-	188	-
		20	9	1.687	9

b) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Grupo Taesa, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

seus integrantes conforme detalhado a seguir. Maiores informações sobre o Fundo Pampulha, vide nota explicativa nº 2.2.

Tipo título	Emissor	Data vencimento	Taxas	Saldos em		Taxa efetiva de rentabilidade	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)							
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	97	134	14,5%	11,8%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	459	-	15,0%	-
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	427	606	14,2%	11,8%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,90%	93	129	14,3%	11,8%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	419	-	17,2%	-
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	86	122	14,4%	0,7%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	24	-	14,4%	-
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	61	13,9%	-
Debêntures	Guanhães	20/10/2014	106% do CDI	-	-	-	11,5%
NP	Guanhães	11/10/2014	110% do CDI	-	-	-	12,0%
NC	CEMIG GT	22/06/2015	106,8% do CDI	-	257	-	11,6%
				1.605	1.309		

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social correntes	(690)	(548)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(573)	(301)
	(1.263)	(849)

Correntes - a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	9.222	9.222	2.770	2.770
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(9.222)	(9.222)	(2.770)	(2.770)
	-	-	-	-
Percentual	32%	32%	8%	12%
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	2.092	2.092	1.683	1.683
Outros	7	7	-	-
Base de cálculo	2.099	2.099	1.683	1.683
Imposto de renda - 15%	315	-	253	-
Adicional de imposto de renda - 10%	186	-	144	-
Contribuição social - 9%	-	189	-	151
Total de despesa	501	189	397	151
Total de IRPJ e CSLL		690		548

Diferidos - o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 em virtude da adoção do RTT e também o ajuste requerido pela Lei nº 12.973/14, detalhado na nota explicativa 3.6.

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	(421)	(221)
Contribuição social	(152)	(80)
	(573)	(301)

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social totalmente integralizado era de R\$20.001, representado por 20.001.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais. A Companhia é uma subsidiária integral da Taesa.

Data	Aprovação	Evento	Capital integralizado
25/02/2014	AGE	Aporte de capital	20.000

Reserva de lucros

a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outras reservas de lucros (reserva especial) - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de: (i) compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável ou estimável; e (ii) utilização futura em conformidade com o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral. O aludido orçamento poderá ser aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Destinação do lucro do exercício

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	619	876
Reserva legal (5%)	(31)	(44)
Dividendos obrigatórios (25%)	(147)	(208)
Reserva especial	(441)	(624)

Em 08 de abril de 2015 a AGO ratificou a destinação do lucro do exercício de 2014.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Apólices vigentes em 31/12/2015	Seguradora	Vigência	LMI (a)
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350

(a) LMI - Limite máximo de indenização.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

14. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Dividendos a pagar à Taesa	355	208

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015, os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante no valor de R\$147 (R\$208 em 31 de dezembro de 2014).

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros		
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>		
- Caixa e equivalentes de caixa	1.925	18.485
- Títulos e valores mobiliários	9.700	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Ativo financeiro	11.313	2.770
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	207	-
	23.145	21.255
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	528	49

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

15.4. Risco de mercado

A Companhia tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 15.5).

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

15.5. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas (vide nota explicativa nº 15.6).

15.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade apresentadas foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	13,24%	13,75%	10,31%	6,88%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 de janeiro de 2016.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: queda da taxa	Saldo em 31/12/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI</i>	11.820	60	(346)	(752)

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

15.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito do ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas, pois o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

15.8. Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais (fase de construção) que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

é responsável pelo desenvolvimento e implementação de contratos para mitigar os riscos operacionais.

15.9. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.925	1.925	18.485	18.485
Títulos e Valores Mobiliários	5	9.907	9.907	-	-
Ativo financeiro	5	11.313	11.313	2.770	2.770
		23.145	23.145	21.255	21.255
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores		528	528	49	49

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2, conforme detalhado a seguir.

Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

16. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro do exercício	619	876
Quantidade de ações ordinárias	20.001	20.001
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)	0,03095	0,04380
Resultado por ação ordinária - diluído (em R\$)	0,03095	0,04380

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Construção	4.931	2.718
Remuneração do ativo financeiro	337	52
Receita operacional bruta	5.268	2.770
PIS e COFINS	(192)	(101)
Deduções da receita	(192)	(101)
Receita operacional líquida	5.076	2.669

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional bruta	5.268	2.770
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(5.268)	(2.770)
Receita operacional bruta tributável	-	-

18. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Aspectos ambientais - Em 18 de novembro de 2014, foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento Linha de Transmissão 500 kV – Itabirito 2 / Vespasiano 2, junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), órgão responsável para efetuar o processo de Licenciamento Ambiental. Foram anexados aos autos a anuência, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), documento necessário a emissão da Licença Prévia (LP), cuja expedição está prevista para o primeiro semestre de 2016.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aprovação do REIDI - O Aviso de Homologação e Adjudicação nº 13/2013 - ANEEL, de 04 de fevereiro de 2014 e o Contrato de Concessão ANEEL nº 011/2014, de 02 de maio de 2014, concederam à Mariana Transmissora de Energia S.A. autorização para a construção das infraestruturas, bem como estabeleceram os valores das parcelas da Receita Anual Permitida - RAP. A Portaria MME nº 182, de 24 de julho de 2014, aprovou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, e sua habilitação por parte da Receita Federal do Brasil foi concedida através do Ato Declaratório Executivo nº 394, de 27 de outubro de 2014.

Demonstrações financeiras societárias e regulatórias - as demonstrações financeiras societárias estão disponíveis no "site" da Taesa, e as demonstrações financeiras regulatórias serão disponibilizadas no mesmo "site" a partir de 30 de abril de 2016. (<http://ri.taesa.com.br>)

* * * * *

MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor sem denominação específica
João Procópio Campos Loures Vale	Diretor sem denominação específica
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49